



GEDES

Grupo de Estudos de Defesa e
Segurança Internacional

**OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE
DEFESA E FORÇAS ARMADAS**

INFORME BRASIL Nº 30/2023

Período: 19/08/2023 - 25/08/2023

GEDES – UNESP/UNIFESP/UFRRJ

- 1- Ex-presidente e tenente-coronel sob investigação no caso das joias
- 2- Responsabilização de autoridades pela invasão de oito de janeiro
- 3- Presidência da República busca despolitizar desfile de 7 de setembro
- 4- Quebra de sigilo bancário de Bolsonaro e Michele abre novas linhas de investigação
- 5- Falas de novo advogado do tenente-coronel Mauro Cid pressionam defesa de Bolsonaro
- 6- Conversas de bastidores nas Forças Armadas dão como certa uma punição ao tenente-coronel Mauro Cid
- 7- Declarações de militares contradizem versão de *hacker* à CPI de 8 de janeiro
- 8- Golpismo militar ainda é uma preocupação na atualidade
- 9- Desbloqueio de celulares de Mauro Cid e Wassef avança em caso de venda de presentes
- 10- Comandante do Exército adota medidas visando legalismo em tempos de desafio
- 11- Diminuição na confiança dos brasileiros nas Forças Armadas
- 12- Colunista comentou suposta influência estadunidense nas Forças Armadas brasileiras
- 13- Hélio Schwartzman comentou sobre os militares e o flerte com o golpismo
- 14- Senado aprova atualização do Código Penal Militar
- 15- Ministro da Defesa tem pedido do STF negado no caso dos militares envolvidos no escândalo do hacker Walter Delgatti
- 16- Universidade de São Paulo endossa programa para a capacitação de agentes de segurança da América Latina
- 17- Tribunal de Contas da União encontrou casos de nepotismo entre Fundação do Exército e empresa privada
- 18- Tenente-coronel Mauro Cid transferiu mais de R\$ 300 mil para sua conta no exterior
- 19- Impasse sobre fiscalização dos CACs freia avanço da inspeção no Governo Lula
- 20- Tenente-coronel Mauro Cid na CPI distrital dos atos antidemocráticos
- 21- Ex-ajudante de ordens de Bolsonaro prestou depoimento à CPMI do 8 de janeiro

1- Ex-presidente e tenente-coronel sob investigação no caso das joias

De acordo com reportagens dos jornais *Correio Braziliense* e *Folha de S. Paulo*, a venda das joias e dos presentes que adentraram o território brasileiro sem os procedimentos adequados colocaram sob investigação o ex-chefe do Executivo, Jair Bolsonaro, e sua esposa, Michelle Bolsonaro. Ambos tiveram seus sigilos fiscais quebrados a partir da decisão do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes. Sobre o assunto, a ex-primeira-dama alegou ser fruto de uma perseguição política. Até o presente momento, especula-se que Bolsonaro responsabilizará o tenente-coronel Mauro Cid, à época seu ajudante de ordens, pelos trâmites legais não realizados. A defesa de Cid já havia afirmado que delataria Bolsonaro, tendo em vista a declaração do advogado Cezar Bitencourt à revista *Veja*, na qual alegou-se que o tenente-coronel agiu "a mando de Bolsonaro". Entretanto, Bitencourt modificou posteriormente a versão. O tenente-coronel está detido desde o dia 03/05/23. O ex-presidente demonstrou insegurança ao afirmar, em reportagem da *Folha de S. Paulo*, que sabe "dos riscos que corre em solo brasileiro", referindo-se aos depoimentos de antigos aliados que o apontavam nos "indícios de evasão de bens públicos". A defesa de Bolsonaro tenta afastar a suspeita de peculato no caso da venda de joias recebidas de autoridades estrangeiras, afirmando que o ato estaria enquadrado, no máximo, em uma infração administrativa. Segundo os advogados, Bolsonaro tinha o direito de vender as joias e apenas atribuem a um "equivoco" ou "desinformação" por parte da assessoria da Presidência a falta de comunicação prévia sobre a intenção do ex-mandatário. No entanto, a defesa desconsidera a decisão do Tribunal de Contas da União (TCU) de 2016 que estabeleceu regras mais claras e rígidas em relação aos presentes recebidos pelos presidentes, recomendando que eles devem permanecer como bens públicos. Apesar do cenário, em coluna do jornal *Folha de S. Paulo*, a assessoria de Bolsonaro afirmou não temer que o ex-presidente seja preso. (Correio Braziliense - Política - 19/08/23; Folha de S. Paulo - Política - 19/08/23; Folha de S. Paulo - 22/08/23; Folha de S. Paulo - Política - 22/08/23; Correio Braziliense - Política - 22/08/23; Correio Braziliense - Política - 25/08/2023; Folha de São Paulo - Política - 24/08/23; Folha de S. Paulo - Colunas e blogs - 25/08/2023; Correio Braziliense - Política - 25/08/2023; Folha de São Paulo - Política - 24/08/23; Folha de S. Paulo - Colunas e blogs - 25/08/2023)

2- Responsabilização de autoridades pela invasão de oito de janeiro

Em entrevista para o *Correio Braziliense*, o senador Randolfe Rodrigues (PSD-AP) diz acreditar que o relatório produzido pela senadora Eliziane Gama (PSD-MA) durante a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) dos atos antidemocráticos de oito de janeiro solicitará o enquadramento do ex-presidente da República, Jair Bolsonaro, aos crimes de golpe de Estado, autoacusação - ao tentar responsabilizar o *hacker* Walter Delgatti -, incitação ao crime e escuta telefônica ilegal, podendo alcançar 18 anos de pena. De acordo com o depoimento de Delgatti, Bolsonaro teria dado "carta branca" para a invasão na capital federal, Brasília. O senador também pontuou quanto sua conversa com o Ministro da Defesa, José Múcio, e o anseio de ambos em responsabilizar os militares ligados ao atentado, para que se possa "tocar o serviço" e deixar as Forças Armadas agirem normalmente. Alegou ainda que "delito, crime, não combina com a trajetória das Forças Armadas brasileiras (...) sobretudo, com a trajetória do Exército". Já em reportagem do *Correio Braziliense*, a Procuradoria Geral da República (PGR) solicitou a prisão de Klepter Gonçalves, Flávio Silvestre, Casimiro Vasconcelos e Jorge Eduardo Barreto Naime do comando da Polícia Militar

do Distrito Federal (PMDF). O coordenador do Grupo Estratégico dos Atos Antidemocráticos da PGR, Carlos Frederico Santos, acredita na existência de uma rede consolidada de *fake-news* por parte destes membros que colocavam em dúvida a seguridade do processo eleitoral, incitando insegurança no sistema eletrônico e um possível erro de leitura de votos, no que chamou de "mensagens conspiratórias". Os acusados estão detidos no Complexo da Papuda, pelos crimes de "abolição violenta do Estado Democrático de Direito, golpe de Estado, dano qualificado, deterioração de patrimônio tombado e por infringir a Lei Orgânica e o Regimento Interno da PM". Além disso, o *Correio Braziliense* comentou sobre a impunidade em relação aos atos cometidos pelos generais em 8 de janeiro de 2023. Segundo a reportagem, a senadora Gama, relatora da CPMI, comentou sobre isentar as Forças Armadas da culpa pela tentativa de golpe. Contudo, devido a críticas, ela mudou seu posicionamento e afirmou que irá indiciar todos os infratores envolvidos, independente de quem sejam. Para o *Correio*, tal conjuntura evidencia que o país continua beneficiando os militares com anistia. A respeito disso, o ex-coordenador da Comissão de Anistia, Rodrigo Lentz, destacou que a anistia dada aos militares durante a Ditadura (1964-1985) traz uma ideia de impunidade na atualidade. Ele ainda afirmou que a situação tem melhorado com a prisão de Mauro Cid, mas que ainda falta responsabilizar as altas patentes. (*Correio Braziliense* - Política - 19/08/23 - O Estado de São Paulo - Política - 19/08/23; *Correio Braziliense* - Política - 21/08/23)

3- Presidência da República busca despolitizar desfile de 7 de setembro

Em reportagem da *Folha de S. Paulo*, foi confirmada pela presidência da República a retirada da participação da Polícia Federal no próximo desfile cívico de 7 de setembro, em comemoração à Independência. A argumentação do presidente Luis Inácio Lula da Silva (PT) foi pelo desejo de despolitizar o evento, em contrapartida ao que aconteceu durante o mandato de Jair Bolsonaro, e mitigar o "tom golpista e de ameaça" que cercaram o evento nos últimos anos. O objetivo atual do governo para o feriado é dissociar o feriado nacional do ex-presidente, segundo *O Estado de S. Paulo*. Não apenas, a retirada ocorre também em paralelo de iniciativas da Polícia Federal para se contrapor aos militares das Forças Armadas. O delegado Andrei Rodrigues, no comando da força, tem buscado reordenar a formação de ensino na Academia Nacional de Polícia com o objetivo de torná-la menos militarizada. A respeito do 7 de setembro, em coluna opinativa para a *Folha de S. Paulo*, Fábio Zanini, com a colaboração de Guilherme Seto e Danielle Brant, apontou que bolsonaristas estão incentivando boicotes aos desfiles, por estarem insatisfeitas com os militares que teriam sido fracos ao não impedirem a posse do presidente Lula. (*Folha de S. Paulo* - Política - 19/08/2023; *Folha de S. Paulo* - Colunas e blogs - 21/08/23; *O Estado de S. Paulo* - Política - 22/08/23; *Correio Braziliense* - Política - 22/08/23)

4- Quebra de sigilo bancário de Bolsonaro e Michele abre novas linhas de investigação

Em coluna opinativa no periódico *O Estado de S. Paulo*, a jornalista Eliane Cantanhêde comenta sobre a quebra de sigilo bancário feita pelo Supremo Tribunal Federal (STF) contra o ex-presidente da República, Jair Bolsonaro, e a ex-primeira-dama, Michelle Bolsonaro. De acordo com Cantanhêde, a medida irá permitir a abertura de novas linhas de investigação por parte da Polícia Federal para apurar

casos suspeitos, em especial o montante de 17 milhões de reais que foram transferidos via PIX para o casal no ano de 2023. Segundo Bolsonaro, essa quantia teria sido advinda de doações feitas organicamente por apoiadores a fim de quitar multas que somam mais de um milhão de reais por infrações de medidas sanitárias durante a pandemia de Covid-19 à Secretaria Estadual de Saúde do estado de São Paulo. (Folha de S. Paulo – Política – 20/08/2023)

5- Falas do novo advogado do tenente-coronel Mauro Cid pressionam a defesa de Bolsonaro

Em coluna opinativa no periódico *Folha de S. Paulo*, o jornalista Bruno Boghossian destacou que o ex-presidente da República, Jair Bolsonaro, nunca esteve tão vulnerável politicamente. Segundo Boghossian, enquanto estava no poder, Bolsonaro era resguardado pela sua posição como chefe de Estado, sendo blindado por órgãos de controle e a generosidade do mundo político. Entretanto, desde a sua derrota nas eleições presidenciais de 2022, essa blindagem teria se desfeito rapidamente, assim deixando-o passivo da lealdade dos aliados que fizeram parte de seu governo. Logo, de acordo com o jornalista, “se o mais próximo de seus aliados vacilasse, a muralha poderia cair de uma vez”. Tendo isso em mente, Cezar Bittencourt, o novo advogado do tenente-coronel Mauro Cid, teria reforçado essa mensagem, afirmando em uma entrevista para a revista *Veja* que o principal ajudante do então presidente “só cumpria ordens”, assim lançando a possibilidade de incriminar outros suspeitos no suposto esquema de venda de presentes que eram destinados ao Estado brasileiro. Portanto, segundo o colunista, caso Cid decidisse fazer uma declaração sobre a ordem e destino do dinheiro arrecadado com a venda das joias sauditas, a defesa de Bolsonaro estaria sendo sustentada por poucos fios. (Folha de S. Paulo – Política – 20/08/2023)

6- Conversas de bastidores nas Forças Armadas dão como certa uma punição ao tenente-coronel Mauro Cid

Segundo reportagem do jornal *Folha de S. Paulo*, interlocutores das Forças Armadas dão como certa uma punição contra o tenente-coronel Mauro Cid. Portanto, o ex-ajudante de ordens do então presidente da República, Jair Bolsonaro, poderia sofrer sanções como a expulsão do Exército e perda de sua patente. Cid está há mais de três meses detido em um batalhão da PE (Polícia do Exército) em Brasília, tendo sido detido inicialmente por suspeita na falsificação dos cartões de vacinação de Bolsonaro e seus familiares, assim como o vazamento de dados sigilosos sobre o processo eleitoral e os ataques do 8 de janeiro. Contudo, desde meados do mês de agosto de 2023, a situação do tenente-coronel se agravou, já que tanto Mauro Cid quanto seu pai, o General Lourena Cid, foram alvos de uma operação da PF (Polícia Federal) com o objetivo de investigar a venda de joias que eram destinadas para o Estado brasileiro. Dessa maneira, tornando uma possível condenação na Justiça comum contra Cid cada dia mais provável. Em reportagem, os periódicos *Correio Braziliense* e *O Estado de S. Paulo* noticiaram que devido às investigações sobre a venda das joias, o pai de Cid foi proibido de ver o seu filho pelo ministro Alexandre de Moraes. Segundo os jornais, tanto Cid quanto seu pai são suspeitos de envolvimento no esquema e por isso, não podem entrar em contato devido ao risco de combinar versões ou interferir nas investigações. De acordo com a PF, o General teria visitado lojas e ajudado seu filho a negociar e a fotografar as joias e os relógios. A respeito

disso, as investigações continuam em andamento e, em entrevista ao *Estadão*, o advogado de Cid afirmou que ele fará de tudo para impedir que seu pai seja preso, mesmo que isso signifique atingir o ex-presidente. (Folha de São Paulo – Política – 20/08/2023; Correio Braziliense - Política - 21/08/23; O Estado de S. Paulo - Política - 21/08/23)

7- Declarações de militares contradizem versão de hacker à CPI de 8 de janeiro

Em reportagem, o periódico *Folha de S. Paulo* noticiou que militares que fizeram parte da fiscalização do processo eleitoral em 2022 afirmaram que o hacker Walter Delgatti esteve apenas uma vez na sede do Ministério da Defesa e que não participou do desenvolvimento do relatório final. Em contrapartida, Delgatti falou à CPI do 8 de janeiro de 2023 que esteve presente em cinco reuniões no Ministério durante o governo do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro (PL). Ademais, a *Folha* informou que Bolsonaro intermediou a ida de Delgatti à pasta e que, segundo relatos, ele foi ao prédio no dia 10 de agosto, acompanhado de Marcelo Câmara, assessor especial da presidência. De acordo com o hacker, a campanha do ex-presidente estava planejando falsificar uma invasão a uma urna eletrônica. Além disso, outra questão que gera divergência é sobre a produção do relatório final. Segundo a matéria, os militares afirmam que a principal tese do relatório foi apresentada antes da conversa com Delgatti em 14/06/2022 e que alguns pontos do relatório final só poderiam ser escritos por alguém que tivesse observado todo o processo eleitoral. Segundo a *Folha de São Paulo*, Bolsonaro confirmou que teria enviado mensagens ao empresário Meyer Nigri, visando difundir *fake news* sobre o processo eleitoral brasileiro. De acordo com a Polícia Federal, Nigri repassou para alguns grupos, mensagens que criticavam ministros do Supremo e do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), pois eles se posicionaram contra o voto impresso. Contudo, Bolsonaro negou que fazia parte desse grupo de empresários. No dia 10/08/2021, a proposta a favor do voto impresso foi derrotada na Câmara. No mesmo dia, Bolsonaro deslocou blindados da Marinha para Brasília, como uma maneira de intimidar os deputados. (Folha de S. Paulo - Política - 21/08/23; Folha de São Paulo - Política - 24/03/23)

8- Golpismo militar ainda é uma preocupação na atualidade

Em coluna opinativa para o periódico *Folha de S. Paulo*, a doutora em ciência política pela Universidade de São Paulo (USP) e pesquisadora do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento, Camila Rocha, avaliou como o golpismo militar ainda é uma preocupação. Segundo ela, diferentemente dos demais países da América Latina, o Brasil não puniu as Forças Armadas pelos seus crimes durante a Ditadura Militar (1964-1985) e a memória dos acontecimentos “ficou comprometida dentro e fora dos quartéis”. Ademais, a doutora pontuou que, de acordo com a Comissão Nacional da Verdade, 6.591 militares foram perseguidos, torturados e presos durante esse período. Por fim, concluiu que é preciso transformar a política e a cultura da instituição, assim como responsabilizar os militares que participaram de atividades antidemocráticas e reexaminar os privilégios e injustiças presentes na corporação. (Folha de S. Paulo - Coluna opinativa - 21/08/23)

9- Desbloqueio de celulares de Mauro Cid e Wassef avança em caso de venda de presentes

Segundo reportagem do jornal *Folha de S. Paulo*, a Polícia Federal conseguiu desbloquear os celulares do pai de Mauro Cid - o general da reserva Mauro Lourena Cid -, e do advogado Frederick Wassef, representante do ex-presidente Jair Bolsonaro. Esse desenvolvimento permitiu o início da análise do conteúdo apreendido durante as buscas em diferentes locais. O desbloqueio aconteceu como parte de uma investigação sobre milícias digitais, conduzida pelo Supremo Tribunal Federal (STF), que está explorando possíveis envolvimento em um esquema de venda de joias e presentes recebidos pela Presidência durante o governo Bolsonaro.. O advogado confirmou que comprou um relógio da marca Rolex que havia sido presenteado ao ex-presidente, mas negou qualquer "operação resgate". Wassef alegou ter adquirido o mencionado relógio de maneira autônoma, com a intenção de restituí-lo ao governo brasileiro em consonância com a determinação do Tribunal de Contas da União. (Folha de S. Paulo - Política - 22/08/23)

10- Comandante do Exército adota medidas visando legalismo em tempos de desafio
Em reportagens nos periódicos *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, foi noticiado que o general Tomás Paiva, comandante do Exército, em um contexto de adversidades e conturbações, empreende esforços direcionados à coesão interna das Forças Armadas. Enviando uma ordem interna a todos os militares, ele delinea medidas voltadas ao reforço do "sentimento de pertencimento" e à valorização da "família militar". Por meio desta ação, objetiva dissipar quaisquer percepções de atuação extralegal por parte do Exército e, com uma atenção voltada às patentes inferiores, contempla a possibilidade de implementar um aumento salarial para os efetivos militares. Paiva busca, assim, reafirmar os princípios de legalidade e legitimidade como norteadores das ações dos quadros da Força, enquanto enfrenta os desafios impostos pelas críticas e descontentamentos associados à participação militar no governo de Jair Bolsonaro e a sua associação com situações questionáveis e eventos controversos. Entre as ações internas promovidas está a criação de associação nacional de "Amigos do Exército", e um "grupo de trabalho com a participação de coronéis e generais para obter mais recursos para os sistemas de Saúde e de Colégios Militares e para moradias de famílias de militares, além de ações que contribuam para fortalecer a imagem e a reputação da Força". De acordo com *O Estado*, no documento o general afirmou que a crise de confiança que permeia as Forças Armadas é um "lembrete à tropa dos papéis e responsabilidades dos militares no Estado Democrático de Direito à luz da Lei Maior", e que a solução seria trazer as instituições de volta aos trilhos da Constituição.
(Folha de S. Paulo - Política - 22/08/23; *O Estado de S. Paulo* - Política - 22/08/23; *O Estado de S. Paulo* - Política - 23/08/23)

11- Diminuição na confiança dos brasileiros nas Forças Armadas
Em pesquisa publicada no periódico *O Estado de S. Paulo*, a confiança nas Forças Armadas do Brasil experimentou um declínio entre dezembro de 2022 e agosto de 2023. A parcela da população que expressou "confiar muito" na instituição diminuiu de 44% para 33%, enquanto aqueles que "confiam pouco" aumentaram de 36% para 41%. Esse declínio é atribuído a eventos como depoimentos de militares sobre atos golpistas e sua associação a um suposto esquema de venda de presentes presidenciais. Além disso, manifestações críticas de simpatizantes do bolsonarismo

também contribuíram para a imagem negativa. (O Estado de S. Paulo - Política - 22/08/23)

12- Colunista comentou suposta influência estadunidense nas Forças Armadas brasileiras

Em coluna de opinião no jornal *Correio Braziliense*, Luiz Carlos Azedo afirmou que o ex-chanceler do México Jorge Castañeda afirmou à rede de notícias CNN Internacional que os Estados Unidos influenciaram as Forças Armadas brasileiras a não aderirem ao suposto golpe do ex-presidente Jair Bolsonaro em janeiro. Castañeda criticou a atuação do presidente Joe Biden em favor da democracia na América Latina. Ele ressaltou que embora os EUA não tenham sido consistentemente defensores da democracia na região, convenceram as Forças Armadas brasileiras a não apoiarem o suposto golpe. Analistas concordam que um golpe militar no Brasil era improvável após a eleição de Biden. (*Correio Braziliense* - Política - 22/08/23)

13- Hélio Schwartzman comentou sobre os militares e o flerte com o golpismo

Em coluna opinativa ao jornal *Folha de S. Paulo*, o colunista Hélio Schwartzman afirmou acreditar que os flertes entre os militares e o golpismo foram institucionalizados, sendo o Ministério da Defesa o principal ator que tentou descredibilizar o sistema eleitoral. Schwartzman argumenta que a resposta do governo não deve ser o aumento das verbas orçamentárias, mas assegurar investigações firmes sobre as ações dos militares na política, uma reestruturação do tamanho das Forças e a reformulação do artigo 142 da Constituição. (*Folha de S. Paulo* - Colunas e Blogs - 23/08/23)

14- Senado aprova atualização do Código Penal Militar

Em reportagem publicada no jornal *Folha de S. Paulo*, foi noticiado que o senado aprovou a atualização do Código Penal Militar, que aumenta para quinze anos a pena para os militares que se envolverem com o tráfico de drogas e para oito anos a pena para aqueles que forem pegos transportando entorpecentes, mesmo que para uso próprio. A proposta exclui como crimes militares os que envolvem delitos sexuais ou violência doméstica e familiar contra a mulher, uma vez que não são praticados em locais sob administração militar, passando a responder na Justiça Comum. A proposta ainda precisa ser sancionada pela presidência da República. (*Folha de S. Paulo* - Política - 23/08/23)

15- Ministro da Defesa tem pedido do STF negado no caso dos militares envolvidos no escândalo do hacker Walter Delgatti

De acordo com o jornal *Correio Braziliense*, o ministro da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino, afirmou que Jair Bolsonaro pode ter condicionado militares a cometer erros e até mesmo crimes. Dino também foi questionado a respeito do pedido, feito pelo Ministro da Defesa, José Múcio, para que os nomes dos militares que participaram da reunião com o hacker Walter Delgatti Neto, fossem acessados. Conforme o periódico *Folha de São Paulo*, Múcio teria pedido, à Polícia Federal para que essas informações sigilosas fossem repassadas, no entanto, isso lhe teria sido

negado. O delegado Luiz Eduardo Navajas Telles Pereira argumentou que o inquérito que investiga o caso está sob guarda do Supremo Tribunal Federal (STF). Mediante a resposta, Múcio enviou um ofício a Alexandre de Moraes, solicitando que ele compartilhasse as informações. A partir disso, o Ministro da Defesa espera que os militares envolvidos no caso sejam devidamente identificados e que suas punições façam jus ao crime cometido. Dino e Múcio se reuniram para discutir tal assunto, contudo, o ministro da Justiça afirmou que a Polícia Federal não irá repassar os nomes dos militares e que as Forças Armadas poderão tomar suas decisões após a conclusão do inquérito do STF. Dino ainda expôs que não há para que ter agonia, pois todos que cometeram crimes, sejam civis ou militares, serão punidos. (Correio Braziliense - Política - 24/08/23; Folha de São Paulo - Reportagem - 24/08/23)

16- Universidade de São Paulo endossa programa para a capacitação de agentes de segurança da América Latina

Segundo o periódico *Correio Braziliense*, o instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo (USP) abriu a segunda fase de um programa que capacitou cerca de 5 mil agentes de segurança de países da Tríplice Aliança, ou seja, Brasil, Argentina e Paraguai. A iniciativa tem como meta a integração de todos os países da América Latina. A Escola de Segurança Multidimensional (Esem) é fruto de uma parceria entre o Ministério da Justiça, a Segurança Pública e a Organização dos Estados Americanos (OEA). De acordo com o coordenador da Esem, Leandro Piquet Carneiro, eles têm o intuito de atrair profissionais como policiais, agentes de segurança e militares, com o propósito de identificar problemas, desafios e ameaças presentes na região. (Correio Braziliense - Brasil - 24/08/23)

17- Tribunal de Contas da União encontrou casos de nepotismo entre Fundação do Exército e empresa privada

Segundo reportagem da *Folha de São Paulo*, uma análise feita pelo Tribunal de Contas da União (TCU) afirmou que existem fortes indícios de nepotismo, acúmulo de funções e ausência de licitação na Fundação Habitacional do Exército (FHE). O órgão é responsável por gerir a Poupex, uma associação privada que atua com créditos imobiliários. Para chegar a essa conclusão, CPFs de contratados da empresa, de integrantes das Forças Armadas, do Comando do Exército e do Ministério da Defesa foram cruzados. Diante de tal acusação, a *Folha* procurou o Ministério da Defesa e o Exército, que não responderam. A Poupex informou que não recebe dinheiro público, por se tratar de uma empresa privada. (Folha de São Paulo - Política - 24/08/23)

18- Tenente-coronel Mauro Cid transferiu mais de R\$ 300 mil para sua conta no exterior

Segundo uma reportagem do periódico *Folha de São Paulo*, no dia 12/08/2023 o tenente-coronel Mauro Cid transferiu R\$ 367.374,56 para uma conta bancária nos Estados Unidos. O extrato dessas operações foi enviado à CPI do 8 de janeiro que havia requisitado a quebra do sigilo bancário ao Banco Central. Ademais, foi identificado que o tenente-coronel aplicou por volta de R\$ 250 mil em investimentos de renda fixa. Como uma forma de esclarecimento, o Banco do Brasil foi procurado,

mas comentou, em nota, que não discute as movimentações financeiras de seus clientes ou ex-clientes. (Folha de São Paulo - Política - 24/08/23)

19- Impasse sobre fiscalização dos CACs freia avanço da fiscalização no Governo Lula

Segundo o jornal *O Estado de São Paulo*, existe uma espécie de disputa para saber quem será responsabilizado por fiscalizar os atiradores desportivos e caçadores (CACs): a Polícia Federal ou o Exército. Durante a gestão de Jair Bolsonaro (PL), os CACs superaram o efetivo de armamento não só da Polícia Militar, como das Forças Armadas. Esse impasse, por sua vez, prejudica a política do presidente Lula de que essa história seja feita pelo Exército, em 2023. Mesmo que haja críticas em relação da fiscalização dos CACs por parte do Exército, é preciso perceber que seu efetivo militar é maior do que o da PF, que conta somente com 14 mil pessoas. (O Estado de São Paulo - Política - 24/08/23)

20- Tenente-coronel Mauro Cid na CPI distrital dos atos antidemocráticos

Segundo o periódico *Correio Braziliense*, o tenente-coronel Mauro Cid depôs para a CPI distrital dos atos antidemocráticos nesta quinta-feira (24/08) e permaneceu em silêncio durante três horas de depoimento. Cid foi à CPI fardado e orientado pelos advogados, e não quis responder nenhuma pergunta no âmbito da investigação da comissão, mesmo tendo sido convocado como testemunha. Havia uma expectativa nos distritais de que o tenente-coronel iria contar tudo o que sabia, mas isso não aconteceu, e quando o tenente-coronel iniciou o pronunciamento, ficou evidente que ele ficaria em silêncio. O ex-ajudante do presidente Bolsonaro leu um discurso parecido com o dado no Congresso à Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) do 8 de janeiro, em 11/06/2023. Nesse documento, o tenente-coronel contou a trajetória dele dentro nas Forças Armadas e ressaltou suas atribuições como ajudante de ordens, de maneira genérica, como de "recebimento e entrega de presentes". Cid explicou que era uma função "exclusivamente de natureza militar" e que sua indicação não teve "qualquer ingerência política". Ainda segundo o *Correio*, houve grande insatisfação por parte dos distritais com a postura da defesa de Mauro Cid. O relator, o deputado Hermeto (MDB), demonstrou bastante irritação e disse: "não vou intercalar o senhor com perguntas. Tinha aqui várias, mas sei que vai ficar em silêncio. Só queria dizer que essa era uma chance de se defender aqui". (Correio Braziliense - Cidades - 25/08/2023)

21- Ex-ajudante de ordens de Bolsonaro prestou depoimento à CPMI do 8 de janeiro

Segundo *O Estado de S. Paulo* e *a Folha de S. Paulo*, o sargento Luis Marcos dos Reis, ex-ajudante de ordens do presidente Bolsonaro, prestou depoimento à CPMI do 8 de janeiro. Durante seu depoimento, Reis assumiu ter subido a rampa do Congresso e ter tirado fotos do prédio depredado: "eu subi a rampa, estava cheio de gente ali, tirei a foto e fui embora para casa". Reis também é suspeito de pagar as contas da ex-primeira-dama, Michelle Bolsonaro, com dinheiro vivo advindo de uma empresa de material de construção com contratos com o governo Bolsonaro. Quando os parlamentares o questionaram sobre o assunto, o sargento fez uso do direito ao silêncio sob a justificativa de que a sua versão consta no depoimento da Polícia Federal. O sargento era o braço direito do tenente-coronel Mauro Cid e movimentou R\$ 3,3 milhões em suas contas, repassando parte do dinheiro para Cid, identificado

pelo Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) como movimentações atípicas. O sargento justificou essas movimentações em suas contas como parte de um “consórcio” com amigos e empresários e que, portanto, não havia nada de errado com aquelas movimentações. (Folha de S. Paulo - Política - 25/08/2023; Estado de S. Paulo - Política - 25/08/2023)

SITES DE REFERÊNCIA

Correio Braziliense – www.correioweb.com.br

Folha de S. Paulo – www.folhaonline.com.br

O Estado de S. Paulo – www.estadao.com.br

*Informamos que o conteúdo na íntegra dos jornais Correio Braziliense, Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo não são disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a gedes@franca.unesp.br

Equipe

Coordenação

Héctor Luis Saint-Pierre (IPPRI/UNESP)

Juliana de Paula Bigatão (UNIFESP/Eppen-Osasco)

Marina Gisela Vitelli (URFFJ)

Ismara Izepe de Souza (UNIFESP/Eppen-Osasco)

Supervisão

Laura Meneghim Donadelli

Leonardo Pontes Vinhó

Equipe redação UNESP/Franca

Abrahão Henrique Alves de Lima (bolsista COPE)

Equipe redação UNIFESP/Eppen-Osasco

Beatriz Grasião Campos

Davi Campos Matos

Isabelle Costa

Giulia Maria Dardegan Barbosa

Marcela Furlan de Cena

Mariana Terezinha Passos

Rodrigo Freitas de Souza

Thalia Cristina Vieira Lima

Equipe redação UFRRJ

Alberto Machado Santos

Geremias Dias dos Santos de Carvalho

Manuela de Jesus Brasil

Maria Luiza Garcia Rabelo

Mariana Amaro Gonçalves Silva

Vinícius de Albuquerque Damasceno

Vinícius Menezes Aguiar